

A young boy is captured in mid-air, kicking a soccer ball on a beach. The scene is bathed in the warm, golden light of a sunset, with the ocean waves visible in the background. The boy is shirtless and wearing light-colored shorts. The soccer ball is in motion, slightly to the left of the boy's foot. The overall mood is energetic and joyful.

IDEIAS E INICIATIVAS DO PRIMEIRO ANO DE NOSSA ATUAÇÃO

2015

É TEMPO | DEPUTADO ESTADUAL | **PSOL**
DE RESISTÊNCIA | **RENATO ROSENO**



É TEMPO DE RESISTÊNCIA!

Um mandato em retrospectiva: ideias e iniciativas do primeiro ano de nossa atuação

2015 foi um ano de disputas, de desafios, de retrocessos nas áreas sociais, de perda de direitos, de avanços de pautas conservadoras e neoliberais. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), assim com os demais partidos da Frente de Esquerda (PCB e PSTU), colocam-se em um campo político a favor dos trabalhadores e trabalhadoras, da juventude, das mulheres, da população LGBT, dos sem-teto e sem-terra e de todos aqueles e aquelas que lutam contra quaisquer formas de opressão e explora-

ção. Cumprindo nosso papel de oposição de esquerda, concluímos nossa caminhada de 2015 e convidamos para seguirmos juntos em 2016. Agradecemos pelos muitos que construíram o mandato e pelos que cotidianamente seguem nas lutas. A todos e todas, nosso respeito e admiração. Mais uma vez juntos, de mãos dadas com movimentos sociais e entidades na luta por direitos. No plenário, nas ruas, construindo em coletivo um mundo mais justo e solidário.



NOSSO MANDATO É UM
INSTRUMENTO
EM FAVOR
DAS LUTAS

Conheça algumas das principais pautas do mandato em

2015

- ☀ **Direitos humanos, justiça e segurança pública** para a valorização da vida e não-violência e contra a criminalização da juventude;
- ☀ **Preservação do meio ambiente**, gestão responsável dos nossos recursos hídricos, enfrentamento ao uso de agrotóxicos e estímulo à agroecologia;
- ☀ **Por uma alternativa de desenvolvimento justo** para o Ceará, com incentivo à economia solidária;
- ☀ **Garantia e ampliação dos direitos** dos trabalhadores e das trabalhadoras;
- ☀ **Acesso à moradia** digna e segura;
- ☀ **Mais investimentos e qualidade** em educação, cultura, saúde e assistência social;
- ☀ **Políticas de inclusão** para as pessoas com deficiência;
- ☀ **Melhoria das condições** de mobilidade e do transporte público;
- ☀ **Equidade de direitos** para mulheres e homens;
- ☀ **Promoção do respeito** à livre orientação sexual, contra a LGBTransfobia;
- ☀ **Valorização das comunidades** tradicionais, com efetivação dos direitos dos quilombolas e indígenas;
- ☀ **Defesa do Estado laico** e da liberdade religiosa.

A possibilidade de reescrever **O FUTURO**

Vivemos um tempo histórico muito difícil. Sabemos que a classe trabalhadora e as maiorias sociais estão sendo atacadas por vários lados: a partir dos governos, com a agenda de ajuste fiscal, que, na prática, repassa os custos da crise para a população mais pobre, pelo corte de investimentos, pelo corte de direitos. Da mesma forma, uma oposição conservadora, que flerta com o fascismo e com o reacionarismo, cresce no Brasil. Precisamos fortalecer o campo político e social daqueles/as que querem uma sociedade para além do lucro e do capital, uma sociedade de homens e mulheres livres e iguais.

A renovação da esquerda socialista depende, dentre tantas tarefas, de seu enraizamento nas lutas - todas elas - a fim de afirmar uma alternativa de sociedade. Há muitos motivos para a descrença política e nos políticos em geral e é óbvio que a nossa chegada, difícil, à institucionalidade do Legislativo não nos autoriza a legitimá-lo. Nós sabemos dos desgastes e dos limites da própria democracia representativa e das casas parlamentares, que não representam a sociedade; ao contrário, representam as corporações privadas, os interesses daqueles e daquelas que historicamente estão no topo da pirâmide. Nós, no entanto ocupamos esse lugar exatamente para sermos contraponto, oferecermos outra voz, outra leitura sobre a Política. Para reverberarmos o grito das ruas, das manifestações, das lutas do cotidiano.

É por isso que nós queremos, sobretudo, fazer aqui um agradecimento a você, que nos permitiu vincu-

lar este mandato às lutas. Mas, ao mesmo tempo, queremos fazer um convite: nós não teremos nenhuma conquista sem estarmos juntos, coletivamente organizados nas lutas: todas elas, do campo e da cidade. Nós, que fazemos este instrumento, sabemos das nossas limitações. E estamos certos/as que nós só conseguiremos mudar juntos/as a política, a sociedade, as nossas vidas lutando, porque, de fato, só a luta muda a vida.

Nós não podemos permitir que o futuro seja acinzentado, de injustiças, de indignidade, de conservado-

rismo, de intolerância e de reacionarismo. O que nos faz humanos é a possibilidade de reescrever o futuro. Precisamos fazer isso desde agora. Portanto, o nosso agradecimento e convite para que sigamos juntos em 2016 e em todos os anos que virão, porque serão anos, sem dúvida alguma, muito duros. Mas nós, juntos, conseguiremos aplacar essas forças que querem reduzir a nossa humanidade. E é na luta que se reinventam a nossa vida, a nossa dignidade, a nossa força.





PELO DIREITO
À DIGNIDADE E
AO BEM-VIVER

O mandato no interior do

CEARÁ

O mandato É Tempo de Resistência visitou 44 municípios do interior e da Região Metropolitana durante o primeiro ano de atuação. Participamos com diversos sujeitos de debates, palestras em escolas e universidades, rodas de conversas, manifestações promovidas por movimentos e entidades da sociedade civil. Assim, buscamos fortalecer as lutas e nos somar às organizações parceiras, moradores de áreas em situações de conflitos e vulnerabilidades, sindicatos e militância da Frente de Esquerda.





atividades de
FORMAÇÃO



SEMINÁRIOS E DEBATES

com foco na troca
de experiências

SEMINÁRIO EDUCAÇÃO - 2 DE JULHO

A atividade teve como tema o primeiro ano de implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) e integrou a Semana de Ação Mundial 2015.

EXPERIÊNCIA DO PODEMOS- 22 DE JUNHO

Debate com o tema “Podemos na Espanha e a atual conjuntura internacional, em debate público com Jorge Sánchez” (Podemos Barcelona). O debate foi organizado pelo PSOL Ceará, PET Ciências Sociais UFC e Rede Universitária de Pesquisadores sobre a

América Latina (RUPAL), com o apoio dos mandatos É tempo de Resistência (Deputado Estadual Renato Roseno - PSOL) e Ecos da Cidade (Vereador João Alfredo - PSOL).

SEMINÁRIO SOBRE AJUSTE FISCAL

17 DE ABRIL

“Previdência Social e as Medidas Provisórias (MPs) 664/2014 e 665/2014 no Serviço Público”, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará (Mova-se).

DEBATE SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA E TRIBUTAÇÃO DAS GRANDES FORTUNAS

7 DE JULHO

“Alternativas ao Ajuste Fiscal: tributação dos ricos e auditoria da dívida pública” em parceria com servidores públicos e Núcleo Ceará da Auditoria Cidadã da Dívida.

SEMINÁRIO CONTROLE SOCIAL E ORÇAMENTO - 4 DE NOVEMBRO

O debate sobre participação e controle social no orçamento público foi realizado para ampliar o diálogo do mandato com os movimentos sociais e colher destes propostas que foram apresentadas nas discussões sobre o Orçamento do Estado

PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAPITALISMO EM CRISE

31 DE AGOSTO

com Paula Máiran, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. Atividade no IFCE (Campus Fortaleza - Avenida 13 de Maio) com a realização do Mandato É Tempo de Resistência (Deputado Estadual Renato Roseno - PSOL Ceará) com o apoio do Comando de Greve

do IFCE em Greve - Sindsifce - Comando de Greve - Comando de Greve e do Sindsifce Sinasefe - Sindicato dos Servidores do IFCE.

AUSTERIDADE: A ARQUITETURA DA DESIGUALDADE - 19 DE AGOSTO

com professor Fábio Maia Sobral (Curso de graduação em Economia Ecológica - UFC - Viès - Núcleo de Economia Política). Atividade no PSOL Ceará com a realização do PSOL Ceará e dos mandatos É Tempo de Resistência (Deputado Estadual Renato Roseno - PSOL) e Ecos da Cidade (Vereador João Alfredo Vereador- PSOL).



DIÁLOGOS EM REDE: ESPAÇO DE DEBATE INTERATIVO REALIZADO POR MEIO DA INTERNET

- ☀️ **14 de setembro - Crise no Sistema Socioeducativo** O debate contou com a presença de Acássio Pereira de Souza, assessor jurídico do Cedeca-Ceará.
- ☀️ **11 de novembro - Consciência negra, racismo e a Marcha das Mulheres Negras** com Renato Roseno (PSOL) e Iara Fraga, do INEGRA.
- ☀️ **12 de agosto - Análise de conjuntura política** nacional e local – com o Deputado Estadual Renato Roseno.
- ☀️ **29 de junho - Avaliação** e prestação de contas do Mandato

CAFÉ COM POLÍTICA

- ☀️ **14 de outubro - Encontro com o Movimento de Infância** - Só a luta efetiva os direitos - 25 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Atividade foi realizada no quintal do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA).
- ☀️ **21 de setembro - Encontro com ambientalistas - Café e Política com a Cáritas** - Para discutir a política e a situação ambiental local.



PSOL NA PRAÇA - 9 DE MAIO

O PSOL Ceará realizou a primeira edição do PSOL na Praça, ocupando a praça do Ferreira, com o deputado federal Chico Alencar (PSOL/RJ), líder do PSOL na Câmara Federal, os parlamentares do partido no estado, vereadores de Fortaleza João Alfredo e Toinha Rocha e o deputado estadual Renato Roseno, além dos militantes dos núcleos e setoriais do partido.

PLENÁRIA DE AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO SOBRE O MANDATO 11 DE JULHO

Plenária Mandato “É Tempo de Resistência” – Avaliação e discussão sobre os 5 primeiros meses de atuação parlamentar.



RODAS DE CONVERSAS

Nosso mandato construiu diálogos com dezenas de escolas e universidades durante todo o ano de 2015. A convite de estudantes e professores, discutimos redução da maioridade penal, homicídio entre jovens, conjuntura política, direitos humanos, democracia, participação social, entre outros temas.

O tema da redução da maioridade penal, alvo de diversas iniciativas conservadoras no Congresso Nacional, e do extermínio da juventude foram predominantes neste primeiro ano, com cerca de três debates por semana, entre interior e capital. Entendemos esses debates e encontros como fundamentais para a formação política dos jovens e necessários para estarmos próximos a eles e elas, aprendendo, escutando e trocando experiências e conhecimentos.

Um outro momento de conversa foi realizado com o deputado estadual Renato Roseno sobre a reforma política, na Praça Luíza Távora. As rodas buscam promover encontros e debates coletivos, com a participação de sujeitos políticos diversos.





realização de

37

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

2015

AGRICULTURA

Audiência Pública sobre o plano agroecológico e a impulsão de política pública de agroecologia participativa para o Ceará pelo governo estadual.

AGROTÓXICOS

Audiência Pública sobre o uso intensivo de agrotóxicos no Ceará e os impactos com a expansão do agronegócio e pulverização aérea.

ÁGUA

Audiência Pública sobre Gestão da Água no Ceará, os problemas de distribuição

CULTURA

☀ Audiência Pública sobre o Plano Estadual de Cultura.

☀ Audiência Pública para debater a situação do entorno do Centro Cultural Dragão do Mar e dos espaços culturais da região da Praia de Iracema.

☀ Audiência Pública sobre o funcionamento do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ).

ECONOMIA

Audiência Pública sobre o Fortalecimento da economia solidária no Ceará.

EDUCAÇÃO

Audiência Pública sobre o Projeto de lei de autoria do deputado Zé Ailton Brasil que dispõe sobre a instituição do sistema de cotas nas instituições de ensino superior do Ceará.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

- ☀️ Audiência Pública sobre violência sexual, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- ☀️ Audiência Pública sobre os resultados do II Seminário da Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, realizado pela Campanha Nacional Criança Não é de Rua.
- ☀️ Audiência Pública sobre violações de direitos humanos e os problemas estruturais no sistema socioeducativo, responsável pela internação de adolescentes envolvidos em atos infracionais.
- ☀️ Audiência Pública de apresentação e discussão do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), cujo levantamento coloca Fortaleza no topo do ranking entre as cidades pesquisadas.



MEIO AMBIENTE

- ☀️ Audiência Pública sobre o projeto de mineração de urânio e fosfato na mina de Itataia, entre Itaitira e Santa Quitéria, que poderá causar impactos à saúde, ao trabalho e ao meio ambiente.
- ☀️ Audiência Pública sobre as contradições na implantação de parques eólicos no Ceará
- ☀️ Audiência Pública sobre a Mobilização Mundial do Clima. A atividade contou com a realização do Fórum Ceará no Clima e debateu os impactos das mudanças climáticas.
- ☀️ Audiência Pública para discussão sobre a gestão das águas do Ceará.
- ☀️ Audiência Pública sobre o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, cuja formulação teve início em 2014, com metas para a redução da geração de resíduos e para a reciclagem e a inclusão dos catadores de materiais recicláveis.

JUSTIÇA

- ☀️ Audiência Pública sobre o Plano de Universalização de Acesso à Justiça do Estado do Ceará, apresentado pela Defensoria Pública Estadual.
- ☀️ Audiência Pública em alusão aos 36 anos da Lei da Anistia e ao Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados.

MORADIA

- ☀️ Audiência Pública sobre os impasses de regularização fundiária do Conjunto Nova Metrópole V, em Caucaia.
- ☀️ Audiência Pública sobre a situação de moradia das famílias atingidas em Fortaleza pelas obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).
- ☀️ Audiência Pública sobre o impactos do projeto Cinturão das Águas no Ceará e a situação das famílias que estão ameaçadas de remoção.

MULHERES

Audiência Pública sobre a violência contra as mulheres no Ceará.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Audiência Pública em alusão ao Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo.

POPULAÇÃO LGBT

Audiência Pública sobre a situação de violência e discriminação contra a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) no município de Itaitira, onde cidadãos denunciam violência e violações de direitos em função da orientação sexual, incluindo agressões físicas, verbais e patrimoniais.

RAÇA E ETNIA

- ☀️ Audiência Pública sobre a realização da Marcha Mundial das Mulheres Negras.
- ☀️ Audiência Pública sobre a situação dos migrantes africanos que residem no Ceará.
- ☀️ Audiência Pública sobre o corte de bolsas do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).
- ☀️ Audiência Pública sobre a situação dos territórios quilombolas no Ceará.
- ☀️ Audiência Pública sobre a efetivação dos direitos indígenas no Ceará, especialmente o direito à terra e ao território.

SAÚDE

- ☀️ Audiência Pública sobre a situação do atendimento à saúde mental no Ceará, em alusão ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial.
- ☀️ Audiência Pública sobre a situação de atendimento às crianças com alergia alimentar no Ceará.
- ☀️ Audiência Pública sobre o financiamento da saúde pública e a crise do Sistema Único de Saúde (SUS), com a presença de Áquilas Mendes, economista e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

TRABALHADORES

- ☀️ Audiência Pública sobre a situação do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec).
- ☀️ Audiência Pública sobre o perfil da Enfermagem no Ceará e situação dos profissionais da área.
- ☀️ Audiência Pública sobre o projeto de lei federal que trata sobre o piso salarial dos assistentes sociais.
- ☀️ Audiência Pública sobre a situação dos trabalhadores da Sociedade de Assistência a Maternidade Escola Assis Chateaubriand (Sameac), em função da iminência de demissão coletiva.





SESSÕES SOLENES

Homenagens realizadas pela Assembleia Legislativa, por iniciativa do mandato

40 ANOS DA VISÃO MUNDIAL 24 DE AGOSTO

A Visão Mundial é reconhecida como uma das organizações humanitárias líderes no mundo, com foco no bem-estar de crianças, adolescentes e jovens. No Brasil, ela atua há 40 anos por meio de programas e projetos de combate às causas da pobreza, educação, mobilização política de crianças adolescentes e oportunidades econômicas para jovens e famílias.

DIA DO DEFENSOR PÚBLICO 19 DE MAIO

Homenagem aos defensores públicos, por ocasião do Dia do Defensor Público e do Dia Nacional de Defensoria, 19 de maio. A solenidade foi requerida pelo deputado estadual Renato Roseno (PSOL), que presidiu a solenidade, subscrita pelo deputado Carlos Felipe (PCdoB).

25 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 10 DE DEZEMBRO

Conferência com Norberto Ignacio Liwski, diretor executivo do Observatório Social da Assembleia Legislativa de Buenos Aires e vice-presidente do DNI Argentina (Defensa de los Niños Internacional), em sessão solene em alusão aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ex-membro do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, Liwski falou sobre "Direitos Humanos na América Latina: construções e resistências".

Eixos de atuação do mandato
PROJETOS LEGISLATIVOS





MEIO AMBIENTE

Terra e Território

Durante o ano de 2015, trabalhamos com o tema da água e crítica aos modelos de desenvolvimento. Atuamos, em especial, com a questão da crise hídrica que tem se agravado. Temos denunciado a opção do modelo de desenvolvimento do Ceará, que atraiu vários investimentos com elevada capacidade de consumo de água (fruticultura irrigada, carcinicul-

tura, termelétricas, siderúrgica). Essa opção prejudica a agricultura familiar camponesa e as comunidades mais pobres. A disputa pela água é desigual. O mais forte economicamente é privilegiado com infraestrutura e incentivos tarifários. Além disso, as mudanças climáticas pioram os prognósticos. Por isso, defendemos outra concepção de gestão de recursos hídricos, investimentos em tecnologias de baixo custo para convivência com semi-árido e a urgente adoção de ações para reduzir o impacto das mudanças climáticas.

Fazemos oposição ao modelo de desenvolvimento que se baseia em mega-projetos como a construção do Acquário e a instalação e operação de empresas como siderúrgicas e termelétricas. Longe de serem garantias de progresso social, o que impulsiona o compromisso desse governo, encontrando eco e justificativa

inclusive entre certos setores oposicionistas, é a manutenção de uma lógica que sacrifica nossos recursos hídricos e a saúde da população aos lucros do agronegócio, projetando assustadora e perigosamente a contribuição ao aquecimento global por meio do incentivo ao uso industrial de consumo de combustíveis fósseis e intensificando a exploração da mão de obra. Reafirmamos nosso compromisso com outra lógica. Com um desenvolvimento social anti-excludente em vez do desenvolvimento capitalista. Reforma agrária, cooperativismo e direitos trabalhistas respeitados, em vez de monopolização e exploração. Distribuição da riqueza em vez do lucro. Ecosocialismo contra o desastre ambiental.

ÁGUA

☀️ Projeto de indicação nº 20/2015 revoga lei que autoriza a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh) a conceder às empresas Porto do Pecém Geração de Energia S/A e MPX Pecém II Geração de Energia S/A 50% de desconto sobre o valor da tarifa de água prevista em lei. Hoje, mais de 800 litros de água por segundo são utilizados para suprir a demanda de uma termelétrica a carvão mineral, localizada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. **Em tramitação.**

☀️ Projeto de lei nº 143/2011 dispõe sobre publicidade das outorgas de uso de recursos hídricos, visando ampliar os mecanismos de transparência sobre as concessões dadas pelo Governo do Estado para utilização da água. **Em tramitação.**

AGROTÓXICOS

Projeto de lei nº 18/2015 inclui dispositivo para vedar a pulverização aérea de agrotóxicos na agricultura no Ceará, que viola o direito fundamental ao meio ambiente, agride a saúde humana e contamina em larga escala os recursos hídricos. **Em tramitação.**

TURISMO

Dialogando com as organizações não governamentais que lutam por alternativas de desenvolvimento sustentável e solidário com atividades que se baseiam no turismo comunitário, o mandato propôs três emendas à mensagem que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento e Turismo do Estado do Ceará (Fundetur).

Entre os objetivos das emendas, estão: ampliar as possibilidades de aplicação do Fundo Estadual de Turismo que valorizem as iniciativas locais de turismo, incluindo parâmetros ambientais, culturais e

sociais; reduzir as disparidades sociais e econômicas, visando a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e distribuição igualitária de renda; proporcionar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade turística como veículo de educação, incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto ambiental; preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais possivelmente afetadas pelas atividades turísticas entre outros.

Um importante acréscimo foi ao Artigo 3º, onde foram adicionados incisos sobre o estímulo ao turismo ecológico e comunitário e o apoio à prevenção e combate às atividades turísticas de exploração sexual e outras que afetem a dignidade humana. Houve ainda emenda que objetiva fortalecer os mecanismos de transparência dos recursos do Fundetur.

INCENTIVO À ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR

- ☀️ Emenda aditiva à mensagem governamental de reforma administrativa inclui incentivo à socioeconomia solidária e às cooperativas entre as atribuições da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
- ☀️ Proposição de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos orgânicos com selo verde.
- ☀️ Proposição de criação da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar do Estado Ceará





PLANO ESTADUAL DE CULTURA

O mandato propôs discussões sobre o Plano Estadual de Cultura e apresentou emendas para incluir a criação de projetos/programas em cooperação com associações, cooperativas e redes de economia solidária, para viabilizar pesquisas no sentido de valorizar, preservar, divulgar e agregar valor aos produtos artesanais do Estado; estabelecer parcerias com redes de economia solidária e associações, na perspectiva de realizar ações que integrem meio ambiente, ecoturismo e cultura, visando a promoção do turismo local; elaborar roteiros turísticos culturais, contemplando todo o território cearense, incluindo e valori-

zando as comunidades tradicionais (pesqueiras, quilombolas, indígenas, dentre outras), através do fortalecimento de redes de economia solidária e turismo comunitário; promover ações e programas que estimulem a cultura de Direitos Humanos, favorecendo ambientes de formação e fruição cultural que abordem temáticas específicas de Direitos Humanos; promover o desenvolvimento e a articulação de ações intersetoriais que fortalecem as políticas públicas para a juventude, contribuindo para o enfrentamento da violência. As Emendas do Plano ainda não foram votadas.

DIREITOS HUMANOS

Tivemos um ano difícil, de ataques aos direitos, de retrocessos e necessidade de maior mobilização dos movimentos sociais. Um cenário que nos obrigou, junto aos sujeitos, a fazer resistências e enfrentamentos. Algumas pautas, em especial, ganharam prioridade nas nossas atuações: a crise do sistema socioeducativo no Ceará, a pauta do direito à moradia e à cidade, a demanda de pais e mães de filhos com alergias alimentares e com necessidades de medicações especiais, a pauta da educação de qualidade e inclusiva, o fortalecimento da cultura, o apoio às mulheres e superação dos preconceitos. O momento nos exige estarmos alertas e críticos, construindo resistências e criando também novas esperanças em tempos tão áridos.

DIREITO À MORADIA

Projeto de indicação cria a Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos no Estado do Ceará (CIMCFURB-CE). Aprovado no dia 12 de novembro, o projeto foi uma sugestão dos movimentos urbanos, em especial do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST-Ceará) e de entidades que lutam pelo Direito à Moradia.

Projeto de indicação que altera lei estadual propondo reajuste do aluguel social e das indenizações das comunidades do Mucuripe à Parangaba removidas pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Objetivo é garantir direito à moradia adequada, indenização justa e dignidade do valor do aluguel social. Em tramitação.

COMITÊ CEARENSE DE PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA

Fruto de esforços de diferentes parlamentares, nasceu a ideia de criação do Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência. Vínhamos tratando, com diversos parceiros, desse tema desde a audiência pública sobre o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA). O Comitê é uma iniciativa conjunta da Assembleia Legislativa do Ceará, do Governo do Estado do Ceará e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) criada com o objetivo de compreender o fenômeno da violência entre os jovens – com foco na faixa etária de 12 a 19 anos – para, a partir daí, elaborar propostas de políticas públicas que apontem para a prevenção e a redução de homicídios cometidos por adolescentes e contra adolescentes.

Integram o Comitê, os presidentes das Comissões de Direitos Humanos e Cidadania, Juventude e Infância e Adolescência, o Deputado Ivo Gomes (Pros - Presidente), o Deputado Renato Roseno (PSOL - Relator), Rui Aguiar (Unicef - Coordenador Técnico), todos atuarão junto ao Comitê e secretarias de Estado, entidades da sociedade civil e Universidades



DIREITO DO CONSUMIDOR

Projeto de lei institui, no âmbito do Estado do Ceará, o Cadastro para o Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing. O cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing ou estabelecimentos que se utilizem deste serviço, inclusive os institutos de pesquisa, efetuem ligações telefônicas não autorizadas para os usuários nele inscritos. Em tramitação.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Projeto de lei proíbe, em escolas públicas ou particulares, a cobrança de valores adicionais ou sobretaxas para matrícula ou mensalidade de estudantes com algum tipo de deficiência - Síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes. Em tramitação.

POLÍTICA DE DROGAS

☀ Emenda aditiva à mensagem governamental de reforma administrativa objetiva a adequação da Secretaria Estadual sobre Drogas ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e à Política Nacional sobre Drogas. O deputado acrescentou dispositivo à mensagem do Governo para instituir o Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas e a previsão de que a Política Estadual sobre Drogas deve contemplar prevenção, tratamento, atenção e reinserção social, de forma descentralizada e intersetorial, atendendo a peculiaridades locais e dando prioridade aos territórios mais vulneráveis.

FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Nosso mandato aprovou emenda aditiva à mensagem governamental nº 7.725/2015, que autoriza a transferência de recursos para execução de programas em parcerias com pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas. A proposta do mandato buscou resguardar as transferências fundo a fundo em conformidade com as normativas do Sistema Único da Assistência Social, observando-se a repartição de competências e o repasse de valores entre União e Estados e assegurando os recursos dos programas e dos serviços das unidades públicas que compõem o SUAS. As ações que dependem de repasse do fundo nacional aos fundos estaduais e municipais para serem executados pelo ente público contemplam, entre outros beneficiários, cidadãos em situação de vulnerabilidade social e crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência vítimas de violência.



CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Para aperfeiçoar a composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), o mandato propôs a inclusão, na mensagem governamental que alterou a composição do Cedca, da Secretaria da Ciência e Tecnologia e Educação Superior ao órgão colegiado, por meio das universidades estaduais.

JUSTIÇA FISCAL

Aumento de novas alíquotas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos (ITCD)

Visando isentar a população mais pobre do pagamento de impostos, aprovou emenda Aditiva ao projeto do Governo Camilo que aumentou o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). Nosso mandato aprovou emenda para estabelecer isenção do ITCD sobre imóveis de população de baixa renda.





MUNDO DO TRABALHO

O PSOL, assim com os demais partidos da Frente de Esquerda (PCB e PSTU), se coloca em um campo político oposto ao do governo de Camilo: fazemos uma oposição de esquerda. No plano estadual, onde nos cabe centralizar a luta ao longo do nosso mandato, temos nos contraposto a um governo que ameaça os direitos dos trabalhadores e, em nome da crise, passa ao “andar de baixo” o pagamento dessa conta. E foram muitas lutas travadas nesse ano em diferentes níveis: reforma da previdência, não reposição de perdas salariais, negação de direitos já historicamente garantidos, corte de pessoal, atitudes autoritárias de diversos governos que não conseguem dialogar com as categorias de seus servidores.

DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E LGBT

Projeto de indicação que altera dispositivos no Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais e Estatuto dos Militares do Estado para ampliar o prazo da licença paternidade e regulamentar a licença adotante dos servidores públicos estaduais civis e militares, independentemente de gênero e orientação sexual. Em tramitação.

DIREITOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Voto contrário à Reforma Previdenciária proposta pelo governador Camilo Santana, baseada nas diretrizes nacionalmente aprovadas pelo Governo Dilma. A reforma gera perda de direitos para os trabalhadores e as trabalhadoras e, no caso das mudanças nas regras de pensão, já valem para os/as atuais servidores/as. Entre as mudanças, destacamos a carência para aquisição da pensão e o escalonamento desse direito (antes vitalício e agora a depender da idade do/da cônjuge). A reforma retirou direitos que estavam garantidos na Constituição Estadual desde 1989.



PLANOS DE CARGOS E CARREIRA

O mandato apresentou emendas à proposta de Plano de Cargos e Carreiras dos(as) professores(as), buscando garantir o direito de afastamento para qualificação e mecanismos de ascensão profissional, inclusive dos(as) que estão em estágio probatório. As emendas pretendiam garantir condições para os professores realizarem pós graduação, necessária para obter as promoções segundo o PCC do Estado.

No sentido de fortalecer o sistema de Justiça e democratizar o acesso da população a ele, por mais valorização para os servidores do Judiciário e oficiais de Justiça, o mandato apresentou emenda supressiva à mensagem que modifica a organização administrativa do Poder Judiciário, assegurando o percentual fixo de 20% da Gratificação de Estímulo à Interiorização (GEI) para servidores e oficiais de Justiça. No projeto de lei do Judiciário, o percentual havia sido modificado para “até 20%”, tornando-se possível a

aplicação de taxas variáveis menores e, portanto, diminuindo os valores da gratificação.

SANEAMENTO BÁSICO

Projeto de indicação concede isenção da tarifa de coleta e tratamento do esgoto aos trabalhadores desempregados. Em tramitação.

PROMOÇÃO NA POLÍCIA MILITAR

O parlamentar apresentou 10 emendas ao projeto de lei do Executivo que tratou da ascensão funcional nas carreiras de praças e oficiais militares. As propostas buscaram alterar a organização da Polícia Militar, constituindo uma carreira única, reduzindo impedimentos à promoção e efetivando direitos e conquistas a exemplo da ampliação da



licença paternidade de dez para 30 dias, reinserção ocupacional no caso de consumo de drogas, adequando-se ao Sistema Nacional de Política sobre Drogas, com acompanhamento clínico e psicossocial, bem como acompanhamento e nova chance no caso de falta de aceite ou desistência ou não aproveitamento do curso necessário à promoção.

DEFENSORIA PÚBLICA

Por mais autonomia para a Defensoria Pública e, conseqüentemente, pelo fortalecimento do acesso à Justiça, o mandato apresentou emenda para a garantia expressa em lei de que a Defensoria Pública esteja isenta do pagamento de custas processuais. A isenção já existe, mas a mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, que dispõe sobre despesas processuais cobradas pelas atividades desenvolvidas por órgãos do Poder Judiciário no Ceará, contemplava apenas o Ministério Público, a União e os Estados, cujas ações judiciais também são livres de custas processuais.

Recomendação dos servidores do Judiciário Federal

Os funcionários do Poder Judiciário Federal estão há mais de um ano em greve por melhores salários. Atualmente, os servidores recebem 30% a menos em relação ao 2008, o que se deve à inflação que aumentou cerca de 100%.

O Governo Federal tem que pagar a greve para manter a ordem pública e não cortar dos servidores públicos, utilizando-se de recursos para pagar a greve. A inflação aumentou a carga de trabalho dos servidores da primeira magistrada, mas continua a provocar o mesmo nível de produtividade. Por isso é o Brasil Realizar o trabalho dos servidores do 2011.

O Poder Executivo tem recentemente aprofundado a crise do Judiciário. A Constituição Federal, em seu art. 93, inciso III, estabelece a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, quando fazemos referência ao inciso, a União e os Estados, cujas ações judiciais também são livres de custas processuais. Cabe ao Poder Judiciário e que se tenha autonomia para, através de melhorias, na medida em que servidores melhores salários. É fato notório a dificuldade por todos que trabalham no Poder Judiciário e de garantir o serviço prestado à população e de garantir o trabalho dos servidores públicos que não tenham sido remunerados adequadamente.

PODER POPULAR

Acreditamos na força do coletivo, naqueles que se organizam, que lutam. Nosso mandato é feito de diálogos, na tentativa de andarmos ao lado dos movimentos, entidades e grupos. Uma pauta construída junto com os sujeitos. Na valorização da autonomia dos indivíduos, atuamos regidos pelos princípios da solidariedade, por um mundo mais sustentável, justo e solidário. Que os povos se vejam empoderados de direitos, com vez e voz, com força para transformar e seguir em frente. A luta se faz com muitos.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

Cumprindo nosso papel de oposição de esquerda e dialogando com demandas dos movimentos sociais e entidades em luta, o mandato apresentou 23 emendas, com o objetivo de dar controle social e transparência na execução do orçamento, promover a segurança pública como meio de garantia dos direitos da população cearense, fortalecer ações de redução de danos sociais e à saúde decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência e instituir programa de apoio e acompanhamento a egressos do sistema socioeducativo. As emendas garantem

que seja priorizado no orçamento público a expansão da Educação Superior Pública; o fortalecimento das políticas públicas de convivência com o Semiárido; a articulação da política ambiental à política de recursos hídricos do Estado nos territórios, por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas e da política de uso e ocupação do solo; o avanço nas políticas de conservação, em especial, no que se refere ao fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, apoiando-se nas diretrizes internacionais de proteção e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, entre outras emendas.



LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Em um processo de diálogo com movimentos e parceiros, foram apresentadas 49 emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA) voltadas às áreas da saúde, direitos de crianças e adolescentes, meio ambiente, recursos hídricos, direito das mulheres, pessoas com deficiência, moradia, enfrentamento à exploração sexual, cultura, direitos da população LGBT e agroecologia. O mandato do PSOL propôs o redirecionamento de recursos originalmente destinados para publicidade, reforma da Casa Civil, cerimonial, viagens do Governo e grandes obras, como o Acquário do Ce-

ará e o Porto do Pecém, para viabilizar as propostas. As emendas foram resultado de diálogos com diversas entidades e movimentos sociais que estão na luta por direitos humanos. Elas dialogam especialmente com grupos invisibilizados nas políticas públicas, como populações atingidas pelas grandes obras do Estado, em especial o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), pessoas atendidas pela política de saúde mental, crianças com alergia alimentar, adolescentes em situação de risco social, mulheres vítimas de violência, transexuais, trabalhadores do campo, população negra, entre outros.



GASTOS PÚBLICOS

Projeto de resolução revoga dispositivos para extinguir a ajuda de custo concedida a cada deputado no início e ao fim do mandato, o que representaria atualmente uma economia de R\$ 1.768.420,32 aos cofres públicos. Arquivado.

FISCALIZAÇÃO

Proposta de Emenda Constitucional inclui dispositivo na Constituição Estadual que torna obrigatória a autorização legislativa para concessão de isenções fiscais, evitando o uso de decreto para tal fim. Em tramitação.

TRANSPARÊNCIA

VERBA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR (VDP) E ASSESSORIA

ANO DE 2015	VERBA DE ASSESSORIA DISPONÍVEL	VALOR GASTO	Nº DE ASSESSORES	MEDIA SALARIAL
02/2015	62.400	47.470	21	2.260,47
03/2015	62.400	51.790	23	2.251,73
04/2015	73.039,90	56.280,90	25	2.251,23
05/2015	73.039,90	57.180,90	26	2.199,26
06/2015	73.039,90	66.441,80	29	2.291,09
07/2015	73.039,90	65.780,90	29	2.268,30
08/2015	73.039,90	66.200,90	30	2.206,69
09/2015	73.039,90	66.380,90	29	2.288,99
10/2015	73.039,90	66.280,90	29	2.285,52
11/2015	73.039,90	66.280,90	29	2.285,52
12/2015	73.039,90	66.280,90	29	2.285,52
	782.159,10	676.369,00		

ANO DE 2015	VALOR DA VDP DISPONÍVEL	VALOR GASTO	SALDO DO MÊS	SALDO TOTAL
02/2015	29.029,12	9.430	19.599,12	19.599,12
03/2015	29.029,12	10.001,43	19.027,69	38.626,81
04/2015	31.559,93	22.179,46	9.380,47	48.007,28
05/2015	31.559,93	20.501,72	11.058,21	59.065,49
06/2015	31.559,93	25.351,10	6.208,83	65.274,32
07/2015	31.559,93	22.748,76	8.811,17	74.085,49
08/2015	31.559,93	15.430,89	16.129,04	90.214,53
09/2015	31.559,93	17.672,07	13.887,86	104.102,39
10/2015	31.559,93	26.130,28	5.429,65	109.532,04
11/2015	31.559,93	7.927,02	23.632,91	133.164,95
12/2015	31.559,93	36.883,09	-5.323,16	127.841,79

2015.2016

IDEIAS E INICIATIVAS

do primeiro ano de nossa atuação

Conteúdo: Equipe do mandato É Tempo de Resistência

Jornalista Responsável: Ivna Girão

Estagiários de Comunicação: Frida Popp e Lucas Moreira Victor

Diagramação: Diogo Braga

Projeto Gráfico: Lara Vasconcelos e Diogo Braga

Fotografia de capa: Gabriel Gonçalves

Fotografia de contracapa: Paulo Marcelo

“Material produzido em março de 2016



Mandato É Tempo de Resistência

Deputado Estadual Renato Roseno



www.renatoroseno.com.br



[/RenatoRoseno50](https://www.facebook.com/RenatoRoseno50)



[@renatoroseno](https://twitter.com/renatoroseno)



[@renatoroseno](https://www.instagram.com/renatoroseno)



contato@renatoroseno.com.br



(85) 99864.5050 // (85) 3277.2792



Av. Desembargador Moreira, 2807 -
Dionísio Torres - Gabinete 314



PSOL 50